

Psicologia e meio ambiente: Como jovens e adultos representam água de abastecimento

Ariane Kuhnen

*Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis, SC, Brasil*

Scheila Machado da Silveira Becker

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, RS, Brasil*

RESUMO

Os problemas ambientais já fazem parte da realidade global e, em meio a tantos problemas, a água é tema frequente nos debates. Assim, este artigo trata da relação pessoa-ambiente e busca compreender como os usuários de água, de abastecimento urbano, representam o recurso que consomem; possui como foco de análise a variável idade dos participantes. Como resultado observou-se que para a maioria, independentemente da idade, a água é percebida não apenas como recurso, mas como meio de vida. Frente aos problemas ambientais ligados à água, os jovens atribuem maior responsabilidade à população que as pessoas mais velhas, que atribuem à empresa de abastecimento e ao governo. Quanto à disponibilidade de água no futuro os participantes se mostraram pessimistas e vincularam isto à ação humana. Tal constatação pode ser útil para que se avaliem formas de gestão e que se leve em consideração o envolvimento da população nas políticas de gestão.

Palavras-chave: Psicologia ambiental; gestão ambiental; água; representações sociais; percepção ambiental.

ABSTRACT

Psychology and Environment: How youth and adults represent water supply

The ambient problems already are part of the global reality and, amid so many problems, the water is frequent subject in the debates. Thus, this article is about the relation person-environment and it seeks to understand how the water users, of urban supplying, represent the resource who consume; it has the age of participants as a focus of analysis. As result was observed that for the majority, independently of the age, the water is perceived not only as resource, but as source of life. Face to the environmental problems related to water, young people attribute greater responsibility to the people that older people, which attribute the responsibility to the supply company and the government. About the availability of water in the future, the participants were pessimistic and have linked this answer to human action. This finding may be useful for us to evaluate ways to manage and that takes into account the involvement of people in management policies.

Keywords: Environmental psychology; environmental management; water; social representations; environmental perception.

RESUMEN

Psicología y Medio Ambiente: Como la juventud y los adultos representan el suministro de agua

Los problemas ambientales son ya parte de la realidad global y en medio de tantos problemas, el agua es un tema frecuente en los debates. Por lo tanto, este artículo trata sobre la relación persona-medio ambiente y de comprender cómo los usuarios de agua, suministro de agua urbana, representan el recurso que consumen. Se ha centrado en el análisis de la variable edad de los participantes. Como resultado se observó que para la mayoría, independientemente de la edad, el agua se percibe no sólo como un recurso, sino como una forma de vida. Frente a los problemas ambientales relacionados con el agua, los jóvenes atribuyen mayor responsabilidad a la población que las personas mayores, que se la atribuyen a la empresa de suministro y al gobierno. Con respecto a la disponibilidad de agua en el futuro, los participantes se mostraron pesimistas y lo han vinculado a la acción humana. Este hallazgo puede ser útil para poder evaluar maneras de gestión y que se tenga en cuenta, la participación de las personas en esas políticas.

Palabras clave: Psicología ambiental; gestión ambiental; el agua; las representaciones sociales; la percepción del medio ambiente.

INTRODUÇÃO

Os problemas ambientais estão cada vez mais presentes no cotidiano das cidades; eles deixaram de fazer parte apenas da realidade de quem habita regiões rurais, ribeirinhas e de intensa exploração como, por exemplo, a Floresta Amazônica. Desta forma, as questões ambientais se tornaram um tema recorrente em debates, resultando na politização dos discursos, seja oficial ou não, expressa na legislação, nas manifestações sociais e debates diários. O interesse por esta temática também pode ser percebido pelo aumento da produção de trabalhos científicos das mais diferentes áreas do saber.

Entre tantos problemas ambientais que a sociedade se depara, seja de contaminação, poluição, depredação ou escassez dos recursos naturais, a água vem figurando como um dos temas mais debatidos. Não há dúvidas que a água é um elemento indispensável à vida do planeta, porém é um recurso não renovável e, nos tempos atuais, sua conservação é vista como um desafio a se enfrentar. A água está sendo foco de atenção e preocupação da sociedade. Em março de 2005 a ONU (Organização das Nações Unidas) declarou esta a “Década da água”, com o objetivo de aprofundar as questões relativas ao uso do recurso hídrico e reverter o quadro progressivo de deterioração da qualidade das águas do planeta.

A qualidade da água é uma medida capaz de diagnosticar o estado de conservação do ambiente como um todo, já que por meio de sua análise se verifica o grau de erosão do solo, os lançamentos orgânicos, a poluição por esgotos e, inclusive, a poluição atmosférica. Não por outra razão, as bacias hidrográficas vêm sendo utilizadas como unidades de planejamento de gestão ambiental (Graff, 2000; Freitas, 2000).

Ocorre que as ações humanas são apontadas como uma das causas de deterioração ambiental (Oskamp in Corral-Verdugo, 2003). Entretanto detectar o papel que exercem frente aos problemas ambientais e a repercussão não é uma tarefa simples. Mas por certo, conhecimento, estilo de vida, crenças, atitudes podem ser elencados entre os fatores que predispõe as pessoas a cuidarem ou não do meio onde vivem (Corral-Verdugo, 2001). Face à amplitude dos problemas relacionados, a maior preocupação da contemporaneidade parece ser a questão da natureza dentro da esfera interrogativa sobre a relação construída entre os seres humanos e o ambiente (Uzzel, 2004; Pinheiro, 2002). Como advertiu o ecologista Dansereau (in Pineau, 1992) o tratamento dos problemas daí advindos impõe uma mutação. Mas, lembra Pineau, esta mutação é trabalhosa. Neste sentido um esforço vem sendo feito para auxiliar a compreensão desta realidade. Por exemplo, Coelho, Gouveia e Milfont (2006) apontam

uma série de pesquisas que demonstram a importância de estudos sobre valores e atitudes para a promoção de comportamentos pró-ambientais, entre eles, Bechtel, Verdugo e Pinheiro, 1999; Dunlap e Van Liere, 1978; Schultz e Zelezny, 1999; Stern e Dietz, 1994; Stern, Dietz e Kalof, 1993; Thompson e Barton, 1994; Weigel e Weigel, 1978 (Coelho et al., 2006).

Identificar e redirecionar as variáveis comportamentais relacionadas à degradação/conservação do ambiente é uma tarefa que se impõe às ciências do comportamento, entre elas a psicologia. Merece destaque o surgimento da psicologia ambiental nos anos 70 que vem assumindo tal tarefa no interior da disciplina ao tratar da relação complexa entre fatores psicológicos e problemas ambientais (Corral-Verdugo, 2005; Pinheiro, 2003; Rivlin, 2003). Diversos estudos vêm sendo realizados com o objetivo de compreender esta complexidade, entre outros aspectos, a relação com a água tem sido focada. Estudos como de Corral-Verdugo (2003) e de Cabrera, Gallego e Lomeli (2002) buscam preditores para a conservação de água. Segundo Corral-Verdugo (2003, p. 246), “motivos para economia de água estão entre os preditores significativos de ações pró-ambientais” e “quanto mais motivos uma pessoa tem para economizar água, mais ela conserva esse recurso”. Estes motivos para a economia podem ser organizados em três grupos: economizar para cooperar com alguma campanha de conservação, para pagar menos pelo recurso e para evitar punições pelo consumo excessivo. Cabrera et al. (2002) e Corral-Verdugo (2003), em suas pesquisas apontam variáveis demográficas e contextuais que influenciam no consumo de água, tais como sexo, lugar de origem, escolaridade, renda e conhecimento ambiental.

A palavra ambiente sugere diferentes significados para as pessoas, dependendo de sua posição social, profissional e mesmo o momento do ciclo da vida em que se encontram. Qualquer definição é legítima e deve ser entendida conforme cada contexto. Pois, a realidade é estruturada segundo um sistema de significações socialmente determinada, mas que depende também de objetividade física. Enquanto área de estudo que se dedica a estudar a relação pessoa-ambiente, a psicologia ambiental busca averiguar como se produz esse campo de percepção e como e, de que forma o ambiente modifica o comportamento das pessoas e é modificado por este.

As circunstâncias pessoais, sociais e culturais (idade, sexo, sensibilidade, nível socioeconômico, local de residência, conhecimento dos problemas ambientais) fazem com que o sujeito capte e interprete de distintas maneiras as informações do ambiente. A estratégia de seleção e de organização culmina num processo

de apropriação ativa do mundo que tem a função de orientar as ações de maneira inteligente. Portanto, não são somente processos de captação e organização da informação, são também ações que supõe tomada de decisão, planificação e execução de respostas.

Muito embora várias abordagens psicológicas dediquem-se a explicar as relações entre percepção e ação, estas dizem muito pouco acerca da percepção global do ambiente. O entendimento de que a percepção do ambiente nos permite atuar sobre ele, já que a adquirimos ao mesmo tempo em que atuamos e a modificamos em função dos resultados de nossa atuação, é relativamente novo. Nesse sentido, Sanabra (1991) entende que a percepção do ambiente é carregada de afetos que se traduzem em juízos que formulamos sobre o ambiente e, nas intenções modificadoras próprias da ação. Para Pol, Valera e Vidal (1999, p.326) a percepção ambiental é o “processo a partir do qual se organiza e interpreta a informação sensorial em unidades significativas para configurar um quadro coerente do entorno ou de uma parte dele”. Vargas e Paula (2003) indicam estudos de percepção ambiental como objeto de estudo de um campo interdisciplinar e não apenas da psicologia. Tal assertiva deve-se ao fato de os autores entenderem que através do estudo da percepção ambiental é possível “investigar os vínculos existentes entre as atitudes, os valores e as práticas de indivíduos e grupos em relação ao meio ambiente (natural e construído) e as respectivas maneiras de perceber o mundo exterior”, portanto necessitando de uma abordagem que não se limita a um campo disciplinar apenas. Entretanto não se pode perder de vista que tal fenômeno humano configura-se como elo fundamental na cadeia de processos psicológicos que compõe as interações humanas com o ambiente (Pinheiro, 2003).

No entendimento de Vargas e Paula (2003), as pesquisas de percepção ambiental, no que concerne aos recursos hídricos, não evidenciam questões próprias que envolvam a água, por serem marcadas de abordagens globalizantes do ambiente. Esses autores não encontraram pesquisas cujo foco fosse a percepção da água. Eles entendem que apesar de existirem estudos objetivando conhecer a percepção da água, em geral estão fixos em aspetos fragmentados do mesmo, tais como a percepção do equilíbrio na alocação do recurso em locais de escassez.

Portanto impõe-se a necessidade de conhecer os fenômenos humanos que intervém na relação com a natureza, seus derivados como os recursos naturais, a paisagem, as catástrofes ou apenas os riscos, ou ainda estudos que apontem uma dimensão onde se inscrevem junto às percepções e representações outras variáveis psicológicas como crenças (conceitos), motivos (valores), atitudes (avaliação), habilidades

(ação) e normas (ética), além de fatores situacionais como disponibilidade de recursos e outros. Este conjunto de variáveis culmina então por promover representações muitas vezes paradoxais, ora ambientalmente antropocêntricas ora ecológicas e relevantes para que se inscrevam novos modelos de relação entre a humanidade e o ambiente. O encontro de novas e velhas idéias num movimento dialético é próprio do fenômeno humano chamado por Moscovici de Representação Social (Moscovici, 1981). Por se tratar de um assunto complexo, o princípio da não-contradição, como apontado por Castro (2003), não rege as representações de meio ambiente ou aspectos dele. A autora vê mesmo uma vantagem em considerar, além dos níveis de acordo, as relações dialéticas que indicam menos concordância sobre o assunto. Um dos desafios talvez seja, entendendo como se dá este processo, intervir conciliando e articulando idéias que estão mais perto ou mais longe dos ideais ecológicos.

Sendo assim o objetivo da pesquisa foi compreender como os usuários dos recursos hídricos, provenientes de abastecimento urbano, representam a água que consomem, uma vez que consideramos importante a obtenção e a disponibilização dos resultados aos órgãos competentes como subsídios de suas ações e estratégias de gestão do recurso água tendo em vista a preservação ambiental. Este artigo apresenta alguns resultados acerca das representações dos usuários da água proveniente de serviços de abastecimento e, mais especificamente a variável idade dos respondentes será o foco de análise. Este projeto foi financiado pela FUNASA (Fundação Nacional de Saúde), órgão do Ministério da Saúde, do Governo Federal.

MÉTODO

Participaram do estudo 295 moradores de cinco cidades do estado de Santa Catarina e de três cidades do estado de São Paulo no ano de 2005. O principal critério para a seleção das cidades foi a existência de rede de abastecimento de água na cidade; como critérios secundários pode-se citar o contexto social – foram escolhidas cidade classificadas como urbanizadas, semiurbanizadas e rurais¹, com o intuito de verificar se estes diferentes grupos representavam a água de formas diferentes – e logística viável para os pesquisadores.

Utilizou-se como instrumento de pesquisa um questionário com 47 questões (abertas e fechadas), que foi aplicado por meio de entrevista com uma dupla de pesquisadores, onde um deles era responsável por fazer as perguntas e o outro por anotar as respostas, cada entrevista durou em média 30 minutos.

O trabalho de análise dos dados iniciou pela exploração textual dos questionários, onde se buscou delinear os temas presentes, reconhecendo os núcleos dos discursos, bem como suas principais características. A partir das respostas obtidas definiu-se o campo semântico. Estas foram ainda analisadas e agrupadas por semelhança de conteúdo, onde para cada questão, definiram-se grupos de características bem como o conteúdo referente a estes. Após a definição das diferentes características identificadas para cada questão, os dados passaram por tratamento estatístico através do Programa SPSS (Statistical Package for the Social Sciences).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre os pesquisados, 44,7% eram homens e 55,3% eram mulheres, a escolaridade predominante variou de 8 a 14 anos; mais da metade da amostra era de casados (55,3%). A classe mais representada foi a que trabalha no setor privado (33,8%) seguido pelo grupo de trabalhadores autônomos (29,7%), com renda variando entre 3 a 10 salários mínimos (54,8%), alcançados pelo casal (39,7%) e possuíam residência própria. Somente 13,2% da amostra mora há menos de cinco anos no local (Tabela 1).

Os resultados mostram que o discurso dos usuários está baseado nesta construção subjetiva da representação complexa da água. As representações que se evidenciaram se construíram em função de diversas dimensões. Neste artigo trataremos da dimensão

temporal, considerando a faixa etária dos entrevistados. Da amostra geral, 27,5% dos entrevistados tem menos de 25 anos; 35,6% estão na faixa de 26 a 45 anos e 36,9% da amostra têm mais de 45 anos. Para esta análise considerou-se cada grupo como totalidade (cada segmento etário passou a ser um grupo, igual a 100%).

Percebeu-se que de modo geral a água, enquanto recurso, é percebida pela amostra como um tema essencial para o presente e o futuro, tanto no âmbito doméstico quanto societal. Nos discursos foi possível perceber a relação entre a água e a manutenção da sobrevivência, sendo que esta opinião não variou entre os entrevistados com mais ou menos idade. Os significados mais frequentes dado à água foram o relativo à (a) sobrevivência (49% da amostra), definida pela importância da água para a vida entre aspectos como necessidade, essencialidade e qualidade de vida, como pode ser visto nos trechos destacados do discurso dos usuários ao responderem à questão “O que lhe vêm à cabeça ao se falar em água?”, “*Quando acordo eu agradeço por ela existir. Sem água o que seria de nós. A maior riqueza do mundo é a água*”, e ainda, “*Saúde, vida, sem água não nasce nada*”, ou, “*Água significa tudo, sobrevivência, vida*”; e (b) em termos de atividades relativas ao cotidiano (32% da amostra) como utilização em tarefas diárias de limpeza, entre outras, como por exemplo o entrevistado diz que ao pensar em água pensa em: “*sede; limpeza; alimentação; poluição; lembro de chimarrão [...] serventia pra tudo; banho*”.

TABELA 1
Perfil dos entrevistados

<i>Perfil dos Entrevistados</i>			
Sexo		Estado civil	
Masculino	44,7%	Casado	55,3%
Feminino	55,3%	Solteiro	34,2%
Idade		Viúvo	6,1%
Até 25 anos	27,5%	Outro	4,4%
26-45 anos	35,6%	Ocupação	
Mais de 45 anos	36,9%	Emprego Público	7,6%
Renda familiar		Atividade Privada	33,8%
Até 3 salários mínimos	36,3%	Emprego Informal ou	9,7%
3-10 salários mínimos	54,8%	Desempregado	
Mais que 10 salários mín.	8,9%	Autônomo	29,7%
Contribuintes		Estudante/Aposentado	19,3%
Homem	23,1%	Escolaridade	
Mulher	6,8%	Até 7 anos de estudo	30,9%
Homem/Mulher	39,7%	8-14 anos de estudo	51,8%
Homem/Mulher/Filhos	20,3%	15 anos de estudo ou mais	17,3%
Outros	10,3%	Tempo de domicílio	
Moradia		Menos de 5 anos	13,2%
Própria	78,3%	Mais de 5 anos	50,2%
Alugada ou Cedida	21,6%	Nativo	36,6%

Ao se questionar sobre a responsabilidade pela falta de água, 54% da amostra atribuiu a responsabilidade às *pessoas* e 39% considerou a *empresa de abastecimento* ou o *Governo* como responsável. Para esta questão notou-se que a idade foi um fator que interferiu nas respostas; 70,4% dos jovens (até 25 anos) indicaram as *pessoas* como responsáveis, este mesmo grupo recebeu a indicação de 52,9% da amostra entre 26 e 45 anos e de 41,7% dos entrevistados com mais de 45 anos. Quase metade da amostra das pessoas com mais de 45 anos (49,1%) responsabiliza as *empresas de abastecimento* ou o *Governo*. No gráfico (Figura 1) os dados aqui citados são apresentados, bem como as porcentagens dos demais grupos para a opção de resposta *empresas de abastecimento* ou *Governo*².

Ao serem perguntados sobre quem são os responsáveis pela contaminação da água, 71% da amostra total indicou as *pessoas* como responsáveis e 34% a *empresa de abastecimento* ou o *governo*. Assim como no questionamento anterior, aqui também foi possível perceber a variável idade interferindo nas respostas. Assim, 84% da amostra composta por jovens (até 25 anos) afirmam que a responsabilidade pela contaminação da água é das *pessoas*. Compartilham desta opinião 73,1% da amostra entre 26 e 45 anos e 59,6% das pessoas com idade superior a 45 anos. A empresa da abastecimento e o Governo são menos responsabilizados pelos três subgrupos etários. Observe-se os dados expostos na Figura 2.

Desta forma, essa diferença na opinião que divide os grupos etários pode apontar para as consequências da situação político-administrativa brasileira frente aos recursos hídricos. Segundo Lanna (1995), na evolução do gerenciamento de recursos hídricos é possível distinguir três fases, que adotam modelos gerenciais cada vez mais complexos, mas que, apesar disso, possibilitam uma abordagem mais eficiente do problema: o modelo burocrático, o modelo econômico-financeiro e o modelo sistêmico de integração participativa. Ou seja, o modelo de gerenciamento dos recursos hídricos passou por mudanças que partem de um modelo de serviço público estatal centralizado, em que o governo responde por tudo, para um modelo descentralizado que valoriza a gestão participativa. Sendo assim, parece que os jovens vêm assimilando tal forma de gestão incluindo e responsabilizando a população na gestão dos recursos, demonstrando uma possibilidade de então vislumbrar-se a consolidação de novas percepções, atitudes e comportamentos em relação às questões ambientais. Para Jacobi (2002) no processo descentralizador, a questão do controle ou da participação da comunidade cumpre o papel de ampliar o potencial de co-responsabilidade dos usuários através de várias modalidades e instrumentos de controle.

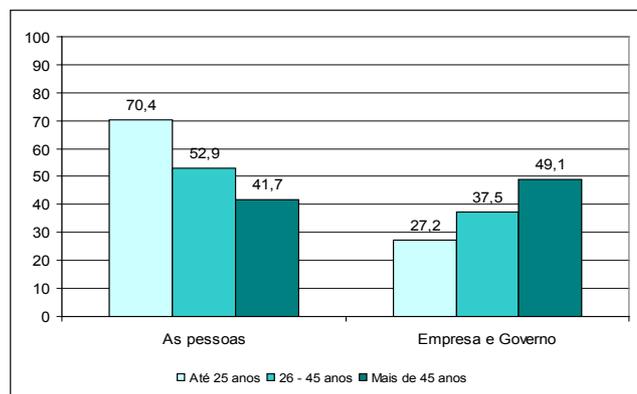


Figura 1 – Distribuição de respostas por idade na categoria analítica Representação das causas da situação atual e das consequências percebidas (atribuição de responsabilidade pela falta de água).

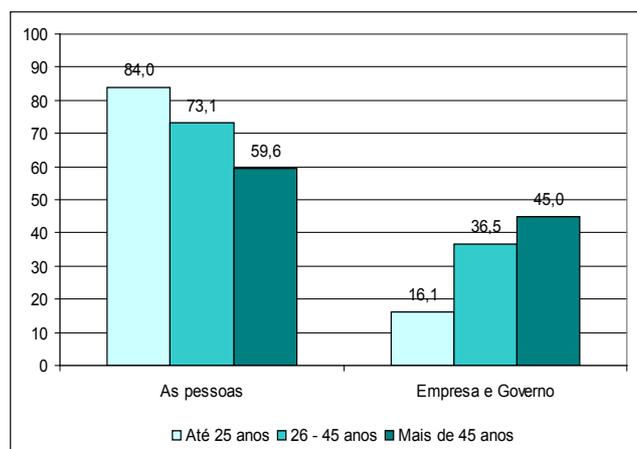


Figura 2 – Distribuição de respostas da amostra por idade na categoria analítica Atribuição de responsabilidade frente à contaminação ou poluição da água (responsabilidade pública ou pessoal).

Outro dado que se buscou identificar foram quais as ações que os entrevistados julgam que podem poluir as águas, a maioria (73,5%) falou sobre a falta de cuidado com os rios, seguido pelo descuido com a limpeza da caixa d'água (5,4%)³. Com relação às diferenças encontradas nos grupos etários, o cuidado com os rios foi apontado por 79% dos jovens, 73,3% dos respondentes entre 26 e 45 anos e, 69,7% dos acima de 45 anos. Já a limpeza da caixa d'água foi indicada por 2,5%, 4,8% e 8,2%, respectivamente. Pode-se considerar a referência às fontes do recurso (rios) realizada pela maioria da amostra como indicativo da preocupação ambiental dos respondentes. Contudo esta resposta também mostra que as ações poluentes estão localizadas em uma dimensão global, se referem mais à sociedade (esfera pública) que ao indivíduo (esfera privada).

Talvez por perceberem que às ações humanas que prejudicam a qualidade da água estão distantes de suas realidades é que ao serem perguntados sobre como será a qualidade da água daqui a 20 anos (sugestão temporal colocada) a maioria tenha se mostrado pessimista (57%), especialmente, os mais jovens (64,2%), seguido por 59% dos respondentes entre 26 e 45 anos e 48,6% dos acima de 45 anos. Com relação aos otimistas (16%), percebe-se que eles se concentram mais entre a amostra acima de 45 anos (22,8%), havendo uma ligeira queda para 13,3% da amostra como idade entre 26 e 45 anos e 12,3% dos respondentes até 25 anos. 9% dos respondentes falaram que haverá água de qualidade, pois haverá recursos técnicos para isso; esta opinião se concentrou na amostra acima de 26 anos – 10,5% (26-45 anos) e 10,1% (acima de 45 anos), apenas 6,2% da amostra com até 25 anos se referiu a recursos técnicos para melhorar a qualidade da água no futuro. Os que acreditam que a água não terá sua qualidade alterada representam 18% da amostra total, sendo que esta não apresenta grande diferença em função da idade – 17,3% da amostra até 25 anos, 17,1% dos com idade entre 26 e 45 anos e, 19,3% daqueles acima de 45 anos.

O mesmo pessimismo observado ao se falar da qualidade da água, também é notado ao se falar da suficiência de água para o futuro, 77% da amostra total crê que não haverá água suficiente e, 23% acredita que o recurso não faltará. Ao analisar as respostas de forma mais detalhada foi possível perceber que os respondentes vincularam suas respostas, pessimistas ou otimistas, ao recurso ou ao comportamento humano, ou seja, os pessimista em relação ao recurso são aqueles que identificam a escassez ou diminuição do recurso ao longo do tempo, “*Vai acabar, pois o planeta vem sofrendo com as catástrofes naturais, mudanças climáticas*”. Já os pessimistas em relação ao comportamento responsabilizam as ações humanas pela escassez, “*Tem que cuidar mais, se tivessem cuidado da água essa água seria pura, seria tudo diferente*”. No grupo dos otimistas em relação ao recurso estão os usuários que percebem abundância do recurso, atestado por afirmações como. “*Pode diminuir, mas não vai acabar*”. Os otimistas em relação ao comportamento percebem a educação e a tecnologia como ferramentas para superar ou melhorar a situação, “*Se as pessoas mudarem a atitude delas, acho que sim, porque afinal quem vai querer consumir água suja, tóxica?*”.

Com relação às diferenças de respostas entre os grupos etários (ver Figura 3), chama a atenção que os mais jovens são bastante descrentes em relação ao comportamento, 61,5% são pessimistas e vinculam suas respostas ao comportamento, essa porcentagem sofre uma pequena queda no grupo entre 26 e 45 anos (55,9%) e no grupo acima de 45 anos (50%). Para esta

amostra as ações humanas são vislumbradas como responsáveis pela insuficiência de água. Com relação aos otimistas percebe-se uma pequena diferença entre o grupo mais jovem e mais velho, sendo este mais otimista em relação ao comportamento (19,4) que aquele (10,2%).

Quando se perguntou aos entrevistados se eles haviam percebido mudanças em seu comportamento em relação à água no decorrer do tempo, as respostas se dividiram entre *Não*, 45% da amostra total, sendo que está mais presente entre os respondentes mais velhos (47,2% da amostra acima de 45 anos) e menos presente entre os mais jovens (39,5% da amostra até 25 anos); 37% da amostra total falou que passou a *economizar água*, sendo os jovens os que mais deram esta resposta (44,4%) e; 19% do total disseram que adotaram *comportamento de preservação*, que inclui, por exemplo, a reutilização da água e a conservação de mata ciliar, os que menos indicaram esta resposta foram aqueles com mais de 45 anos de idade (13,9%)⁴. Ver Figura 4 as demais porcentagens de resposta para esta pergunta.

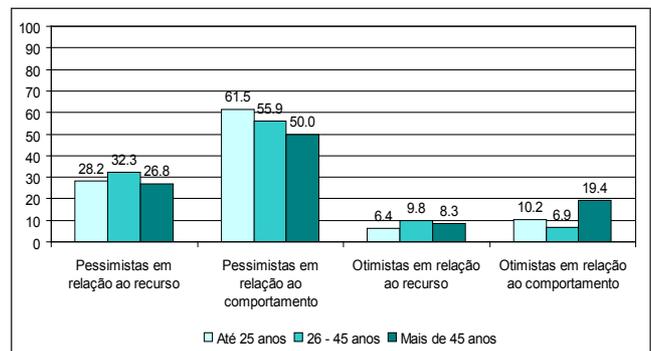


Figura 3 – Distribuição de respostas por idade na categoria analítica Percepção da disponibilidade da água (consciência em relação ao futuro).

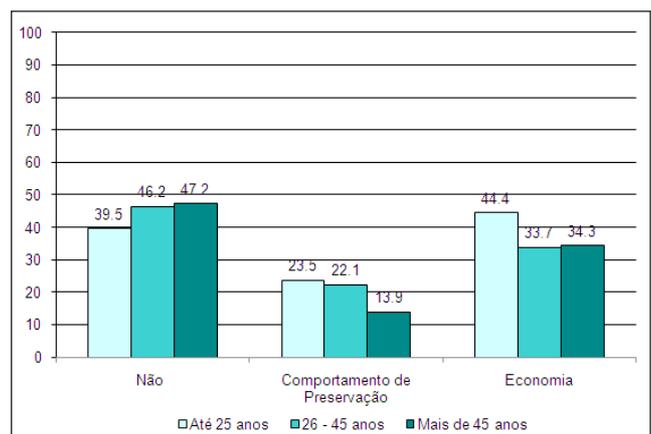


Figura 4 – Distribuição de respostas por idade na categoria analítica Percepção de mudança em relação à água.

Os dados aqui apresentados apontam para o fato de que os jovens estão mais conscientes acerca dos problemas ambientais enfrentados na atualidade e talvez por esta razão estejam mais dispostos a mudarem comportamentos visando à preservação da água. Segundo Krischke (2000), na atualidade é possível verificar uma crescente vontade em resolver os problemas humanos, especialmente pelos jovens, que lutam para encontrar seu lugar em um mundo que não criaram, mas que deverão transformar. Inglehard afirma que a juventude, hoje, é herdeira de problemas ambientais que não criou, e assim, os jovens são os primeiros a reagir contra políticas econômicas que desconsiderem a sobrevivência humana e da natureza e as que excluem os interessados dos processos de deliberação (Krischke, 2000).

No Brasil, já existem organizações juvenis como a Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade - REJUMA, com seus Coletivos Jovens de Meio Ambiente existentes em todos os estados do Brasil, também há os movimentos estudantis, cada vez mais engajados nos debates sobre os problemas socioambientais. Em parceria com o Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, muitos jovens atuaram no processo da I, II e III Conferências Infante-Juvenil pelo Meio Ambiente. Envolver-se em movimentos dessa natureza indica uma possibilidade de atuação social para as novas gerações. Ideologizados ou não reservam para si (como jovens de outras gerações) a tarefa de mudar a realidade, embora os dados desta pesquisa demonstrem desesperança ao avaliarem o comportamento humano.

CONCLUSÕES

Os dados apresentados neste artigo apotam para uma conscientização da sociedade, especialmente dos mais jovens, que já se percebe responsável pelos problemas ambientais e sabe que suas ações estão vinculadas à preservação do meio ambiente, exemplo disso, a maioria dos participantes declara ter adotado comportamento de preservação e economia de água nos últimos anos. Desta forma os dados sugerem que a sociedade está preparada para modos de gestão ambiental mais participativos, capazes de envolver os atores sociais nas decisões.

Contudo, para que essa consciência sobre a responsabilidade do ser humano frente ao meio ambiente se efetive e que sejamos capazes de participar de decisões acerca da gestão ambiental, é preciso que o conjunto do sistema educativo se envolva no tecido social da cidade, faça parte da vida cotidiana, e que a sociedade como um todo assuma sua responsabilidade educativa. Como elemento estratégico de mudança, a educação é

imprescindível para o desenvolvimento democrático e sustentável das cidades. As questões ligadas ao abastecimento de água configuram-se como um dos problemas urbanos mais prementes e reconsiderá-los, a partir da sustentabilidade, significa impulsionar um modelo de desenvolvimento que satisfaça as atuais necessidades sem que se comprometa as possibilidades de sobrevivência com qualidade de vida das gerações futuras. A aprendizagem de um novo modelo, de uma forma de utilização dos recursos naturais, se faz urgente e, cabe também a ciência abraçar esta causa como sua e direcionar seus esforços nesta perspectiva. Cabendo então a ciência psicológica uma parcela nesta reorientação de atribuições sociais. Fala-se de mudanças de mentalidades, mudança de atitudes e comportamentos; qual seria então nossa agenda nesta empreitada? Visualizamos alguns pontos onde a psicologia deveria desenvolver-se, como por exemplo fomentando um conhecimento científico ampliado dos aspectos psicológicos das interações pessoa-ambiente; contribuindo para a formação de profissionais capacitados, que com base nesse conhecimento possam atuar nessa área; qualificando os psicólogos para atuarem junto a equipes multidisciplinares e promovendo o desenvolvimento do pensamento interdisciplinar entre psicólogos.

Por último, resgatamos uma concepção de Sauv e (2005) sobre o que seja meio ambiente para fechar este artigo. Se admitimos que a trama do meio ambiente   a trama da própria vida, ali onde se encontram natureza e cultura; o meio ambiente   o lugar onde as coisas se misturam, se fundem, em que se forjam nossa identidade, nossas rela es com os outros, nosso “ser-no-mundo”. Entendemos que conhecer o meio ambiente (físico e social) permite compreender as rela es do indivíduo não somente relativo aos diferentes aspectos de sua condi o de vida material, mas também as intera es com o outro. A pessoa e o ambiente formam um sistema caracterizado por uma reciprocidade e uma troca contínua onde os elementos não podem ser definidos separadamente.

REFERÊNCIAS

- Cabrera, V.O., Gallego, N.B.E., & Lomel , D.G. (2002). Relación entre variables demográficas, variables contextuales, conocimiento ambiental y el ahorro de  gua. In: Corral-Verdugo, V. *Conductas protectoras del ambiente: Teoría, investigación y estrategias de intervención* (pp. 99-115). México: CONACYT/Rm Editores/UniSon.
- Castro, P. (2003). Pensar a natureza e o ambiente – Alguns contributos a partir da Teoría das Representa es sociais. *Estudos de Psicologia*, 8, 2, 263-272.
- Coelho, J.A.P.M., Gouveia, V.V., & Milfont, T.L. (2006). Valores humanos como explicadores de atitudes ambientais e inten o de comportamento pr -ambiental. *Psicologia em Estudo* (Maringá), 11, 1, 199-207.

- Corral-Verdugo, V. (2001). *Comportamiento proambiental*. Una introducción al estudio de las conductas protectoras del ambiente. Santa Cruz de Tenerife: Editorial Resma S.L.
- Corral-Verdugo, V. (2003). Determinantes psicológicos e situacionais do comportamento de conservação de água: um modelo estrutural. *Estudos de Psicologia* (Natal), 8, 2, 245-252.
- Corral-Verdugo, V. (2005) Psicologia Ambiental: objeto, “realidades” sócio-físicas e visões culturais de interações ambiente-comportamento. *Psicologia USP* (São Paulo), 16, 1-2. 71-87.
- Freitas, W.P. (2000). Águas – considerações gerais. In: Freitas, W.P. *Águas: aspectos jurídicos e ambientais* (pp. 17-28). Curitiba: Juruá Editora.
- Graf, A.C.B. (2000). A tutela dos estados sobre as águas. In: Freitas, W.P. *Águas: aspectos jurídicos e ambientais* (pp. 51-75). Curitiba: Juruá Editora.
- Jacobi, P. (2002). *Políticas sociais e amplificação da cidadania*, (2ª ed.). Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- Krischke, P.J. (2000). *Ecologia, juventude e cultura política: a cultura da juventude, a democratização e a ecologia nos países do Cone Sul*. Florianópolis: Ed. da UFSC.
- Lanna, A.E.L. (1995). *Gerenciamento de bacias hidrográficas: Aspectos conceituais e metodológicos*. Brasília: Ibama.
- Moscovici, S. (1981). Collective Cognition. In: Forgas, J. (org.). *Social Cognition: Perspectives on everyday understanding*. *European Monographs in Social Psychology*, 26.
- Pineau, G. (1992). *De l'air. Essai sur l'Écoformation*. Paris/Montreal: Paidéia/Ed. Sciences et Culture INC.
- Pinheiro, J.Q. (2002). Comprometimento ambiental: perspectiva temporal e sustentabilidade. In: J. Guevara, & S. Mercado (coord). *Temas selectos de psicología ambiental* (pp. 463-481). México: Unam-Greco/Fundación Unilibre.
- Pinheiro, J.Q. (2003). Psicologia ambiental brasileira no início do século XXI. Sustentável? In: O.H. Yamamoto & V.V. Gouveia (orgs.). *Construindo a Psicologia brasileira: desafios da ciência e da prática psicológica* (pp. 279-313). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Pol, E., Valera, S., & Vidal, T. (1999). Psicología ambiental y procesos psicosociales. In: Morales, J.F. (coord.). *Psicología Social*, (2ª ed.): (pp. 318-334). Madrid: McGraw-Hill.
- Rivlin, L.G. (2003) Olhando o passado e o futuro: revendo pressupostos sobre as inter-relações pessoa-ambiente. *Estudos de Psicologia* (Natal), 8, 2, 215-220.
- Sanabra, F.R. (1991). Perception ambiental. In: F.J. Burillo, & J.I. Aragonés. *Introducción a la psicología ambiental* (pp. 53-64). Alianza Editorial, Madrid.
- Sauvé, L. (2005). Educação ambiental: possibilidades e limitações. *Educação e Pesquisa* (São Paulo), 31, 2, 317-322.
- Uzzel, D. (2004). A psicologia ambiental como uma chave para mudar atitudes e ações para com a sustentabilidade. In: Tassara, E.T. de O., Rabinovich, E.P., & Guedes, M. do C. (eds.). *Psicologia e ambiente* (pp. 363-388). São Paulo: Educ.
- Vargas, M. C., & Paula, G. O. de. (2003). Introdução na percepção social da água: estudos de caso no interior paulista. In: *Uso e gestão de recursos hídricos no Brasil – Desafios teóricos e político-institucionais* (Vol. II: pp. 125-147). São Carlos: RiMa.

Recebido em: 22/05/2007. Aceito em: 18/12/2009.

Notas:

- ¹ Nesta classificação considerou-se cidades urbanizadas aquelas que exercem influência funcional, econômica e social sobre as cidades menores e que comumente se observam o fenômeno de conurbação. Considerou-se cidades semi-urbanizadas aquelas localizadas próximo a uma metrópole, muitas vezes servindo como cidades dormitório, sendo sua atividade econômica principal baseada no comércio e na prestação de serviços. As cidades classificadas como rurais caracteriza-se por ter na agropecuária a principal atividade econômica, grande parte de seus moradores reside fora do perímetro urbano e nelas é possível observar a baixa densidade populacional.
- ² A soma percentual algumas vezes excede 100% já que certas perguntas do questionário possibilitavam resposta múltipla e alguns respondentes citavam mais de uma alternativa. Desta forma o discurso dos respondentes foi classificado em mais de uma unidade de análise na categorização do discurso.
- ³ Os demais 21,1% estão distribuídos entre outras opções de respostas, tais como desmatamento, falta de consciência e os que não souberam dar uma resposta à pergunta.
- ⁴ A soma das porcentagens extrapola 100% pois o entrevistado poderia dizer que economiza água e tem comportamentos de preservação.

Autores:

Ariane Kuhnen – Professora do Departamento de Psicologia na Universidade Federal de Santa Catarina, coordenadora do Laboratório de Psicologia Ambiental. Publicou os livros *Reciclando o cotidiano – representações sociais do lixo*; *Lagoa da Conceição – Meio ambiente e modos de vida em transformação*; *Estudos interdisciplinares em Ciências Humanas*; participa num dos capítulos do livro *Métodos de Pesquisa nos Estudos Pessoa-Ambiente e*; uma das organizadoras, autora e co-autora no livro *Interações pessoa-ambiente e saúde*. Atua em duas linhas de pesquisa: psicologia do desenvolvimento e psicologia ambiental onde investiga como as características psicológicas interagem com as características do ambiente e que implicação essa inter-relação tem nas representações e no comportamento humano.

Scheila Machado da Silveira Becker – Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRGS. Mestre em Psicologia pela USP-Ribeirão Preto.

Enviar correspondência para:

Laboratório de Psicologia Ambiental
Departamento de Psicologia
Universidade Federal de Santa Catarina
88040-970, Florianópolis, SC, Brasil
E-mail: <ariane@cfh.ufsc.br>